

EDUCAÇÃO, GÊNERO E LIBERDADE: CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A IGUALDADE DOS GÊNEROS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Francisca Cibele da Silva Gomes

Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Currículo e Práticas Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

<https://lattes.cnpq.br/2435702420166255>

<https://orcid.org/0000-0002-8734-0950>

E-mail: cs6445758@gmail.com

Andreia Rodrigues de Andrade

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especialista em Ensino de História pela Universidade Cândido Mendes – UCAM. Mestra em História do Brasil pela UFPI. Tutora à distância do CEAD/UFPI.

<http://lattes.cnpq.br/6380081563684536>

<https://orcid.org/0000-0003-2829-885X>

E-mail: andreiaandrade525@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2023.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2023.V1N2-03>

RESUMO: O presente artigo analisou as concepções teóricas sobre os estudos das relações entre os gêneros no sistema educacional brasileiro. Salientando as limitações que impedem essa abordagem no chão das salas de aulas. Essa negação, permite que os estereótipos e violências sejam naturalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Igualdade.

EDUCATION, GENDER AND FREEDOM: THEORETICAL CONCEPTS ON GENDER EQUALITY IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM

ABSTRACT: The present article analyzed the theoretical conceptions about the studies of the relations between the genders in the Brazilian educational system. Stressing the limitations that prevent this approach on the floor of classrooms. This denial allows stereotypes and violence be naturalized.

KEYWORDS: Education. Gender. Equality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise as abordagens no campo historiográfico sobre os estudos de gêneros na educação brasileira e as suas implicações sociais, políticas e culturais na formação dos alunos. Tendo como questão problematizadora como as escolas e as políticas públicas estão enfatizando essa temática? Pois, objetiva-se em termo geral analisar a educação de gênero dentro das salas de aula brasileiras.

Como objetivos específicos têm-se intento em discutir a educação inclusiva dos gêneros no âmbito escolar, especificar a importância dessa abordagem no espaço educacional democrático como a escola e destacar os problemas e empecilhos que envolvem o contexto escolar brasileiro e limitam a necessidade a discussão desse debate no âmbito educativo.

Tendo como metodologia a pesquisa bibliografia de cunha qualitativa no campo da educação multidisciplinar e na diversidade cultural. Destaca-se autores que abordaram os estudos acerca dos gêneros na educação, assim como os problemas de limitam ou cerceiam a abordagem dentro do chão das salas de aulas. Nesse contexto, destaca-se Junqueira (2019), Hooks (2017), Freire (2021), Castro (2020), entre outros estudiosos que abordaram a educação igualitária e inclusiva:

Na contemporaneidade, o Brasil se encontra em uma posição preocupante no que diz respeito as transgressões de direitos, especialmente no que tange às minorias sexuais. Tendo em consideração que esta posição produz intenso padecimento, é importante estabelecer espaços para discussões, acesso à informações e reflexões que possam aumentar a densidade e perceptibilidade das questões sociais envolvendo gênero e sexualidade. E dar espaço a pessoas divergentes ao heteronormativíssimo que está presente na sociedade por meio dos processos consuetudinários, midiáticos, históricos, artísticos, políticos e institucionais do estado, formulando uma ideologia homofóbica de machos e fêmeas (MARTINS, 2021, p. 938).

Nessa conjuntura, abordar as questões relacionadas ao estudo dos gêneros pode-se perceber que suas implicações esbarram nos estereótipos e preconceitos construídos socialmente e fundamentados em percepções profundamente arraigadas na sociedade brasileira que dificultam uma abordagem esclarecedora que corroborem com construção educacional desse campo no espaço educativo. Portanto, a educação como âmbito diverso e não neutro, faz-se imprescindível trazer debates, questões e percepções que rompam com esses estereótipos e perversões próprios de uma sociedade profundamente patriarcal.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com os movimentos feministas sobretudo no começo do século XX, segundo Patrício (2009) passou a questionar a opressão e o direito à educação abordando temas

polêmicos como a sexualidade e o divórcio. Embora na Ditadura Civil-Militar (1964-1985) tenham freado parcialmente suas mobilizações. Com a redemocratização em meados de 1985, foi fundada as Delegacias da Mulher para o combate à violência feminina. Nesse período, passou a ser debatidos temas como o aborto, a sexualidade, planejamento familiar. Foi também nesse momento que passou a ser debatido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996, onde veladamente estava presente questões dos gêneros. Por exemplo, o emprego de termos masculino em sua maioria como em “educando”, “aluno”.

O direito igualitário entre homens e mulheres no exercício pleno da cidadania sem discriminações e imposições também foi assegurado conforme Brasil (2016, p.11), Art.3: “IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. Na Constituição Brasileira de 1988, discorreu sobre a legitimação da expressividade dos membros da sociedade sem prerrogativas que envolvam violências, preconceitos e imposições forçadas que cerceiam ou limitam a liberdade dos homens e mulheres conviventes no território nacional.

Nessa conjuntura, segundo Patrício (2009) foi com a Constituição de 1988 que as lutas femininas ganham maior visibilidade com o acesso e a conquista dos direitos igualitários e o acesso à educação. Embora o conceito de gênero seja inexistente seja inexistente nesse dispositivo legislativo. Assim como o advento dos movimentos feministas passou-se a questionar a opressão e o direito à educação com mais rigor abordando temas polêmicos como a sexualidade e o divórcio.

Com o objetivo de apaziguar essas querelas, o governo após diversas pressões dos movimentos sociais favores a uma democratização da educação estabeleceram os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nessa conjuntura:

A abordagem do corpo com matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV

e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens (BRASIL, 1997a, p.28).

A desigualdade, hierarquia e marginalizações que fazem parte das relações e concepções de masculino e feminino são previstas na educação de modo que possa serem desenvolvidas ações contrárias e resolutivas dessas questões. Ao enfatizar o corpo e à sexualidade, perde-se em parte a dimensão conceitual de gênero relacionada a construção social e cultural desvinculadas as abordagens naturalizadas sobre feminino e masculino. Para Torrão Filho (2005) até mesmo a cultura material, os objetos, moradias, organização espacial urbana são dignas da constituição, organização e simbolismo das diferenças de gênero. Nesse contexto também se destaca:

De um lado, o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade do homem; cada época define a categoria do risco, mas o feminino é sempre a ameaça ao homem. Por outro, a masculinidade é interdita à mulher, pois a mulher no lugar do homem é o ‘mundo às avessas’, a ordem corrompida, a natureza ultrajada. Portanto, homens homossexuais rebaixam seu sexo escolhendo estar abaixo de outros homens; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpam um poder que não lhes pertence, e ao qual sequer podem usar, já que são desprovidas dos meios da consumação da masculinidade (TORRÃO FILHO, 2005, p.143).

Essa visão dualista do mundo identifica masculino e feminino como opostos. Os atributos considerados aceitáveis pelas mulheres são marginalizados e desprezados quando assumidos por um homem. Nesse universo binário, as práticas e comportamentos sexuais e afetivos que desobedecem aos padrões tradicionais são vistos como desvio e perversão, alvejados de repúdio onde a virilidade e masculinidade são supervalorizados em detrimentos das práticas e maneiras femininas:

Gênero concerne a conduta sociais diferentes, se trata de uma estruturação social criada para atribuir ao indivíduo nascido com um pênis ou uma vagina as condições de ser homem ou mulher. Quando o indivíduo não exerce um papel de gênero conforme a expectativa da sociedade, ele acaba por sofrer diversas transgressões, sejam elas físicas, psicológicas, morais. Os estigmas presentes no corpo social quanto à pluralidade humana é um fato social de excessivo destaque e resulta-se em discriminação e segregação que embasa uma variedade de infortúnios (MARTINS, 2021, p.941).

No entanto, para entender a história dos gêneros, também faz-se imprescindível abordar a homossexualidade, pois os estereótipos resultam por vezes da ignorância e expandem-se através das práticas violentas como homofobia, misoginia, desigualdades e

hierarquias entre os sexos, nesses casos o poder se exerce sobre o gênero como forma de dominação política e controle moral, ódio e medo imposto pelo determinismo biológico dominante, falsas compreensões da realidade, desconsiderando vínculos emocionais e afetivos.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, coordenada pelo Conselho nacional dos Direitos da Mulher e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres conforme Vianna e Unbehaum (2006) mobilizou amplamente o país em prol de discursões acerca da superação da desigualdade de gênero que culminaram como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esta última desenvolveu ações voltadas para incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual na educação por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola destinado a formação docente.

No entanto, segundo Vianna e Unbehaum (2006) vale destaca-se que a falta de continuidades dessas iniciativas e a não incorporação aos projetos orçamentários também deve ser considerado como empecilhos no processo. Conforme Brasil (2005, p.10) propunha: “a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos escolares, além do reconhecimento e busca de formas que alterem as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias [...]”.

A escola como espaço de reconhecimento das diferenças sustenta-se também para Castro (2020) na compreensão de uma sociedade justa, menos desigual e violadora das condições humanas. Contudo, em situações contrárias podem ganhar contornos ainda mais sérios ao prejudicarem o acesso e a permanência de todos em situação de igualdade e inclusão social, contrariando a percepção no qual a diversidade constrói a humanidade, não existem sociedade sem a multiplicidade diversa das identidades e a educação seria o primeiro passo nesse caminho ainda permeado da ignorância, medo, violência e preconceito. A educação inclusiva teria como objetivos:

Incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal; garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia; promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas; promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade; combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação (BRASIL, 2005, p.15).

No âmbito educacional os estudos acerca dos gêneros fazem-se imprescindível para romper barreiras que limitam ou cerceiam a liberdade humana. Congregando elementos que fortaleçam a educação nos moldes da igualdade, respeito e diversidade. Mas essa realidade ainda intangível e em construção corroboram ainda mais para Castro (2020), com a formação das vítimas da misoginia (ódio e aversão as mulheres), homofobia (violência física e verbal contra os homossexuais) e desigualdades entre homens e mulheres em uma sociedade profundamente marcada pelas diferenças depreciativas nas relações entre os gêneros. Muito embora inicia-se no chão da sala de aula essa transformação e alteração dos preconceitos e agressões.

Portanto, percebe-se que em termos legislativos o Brasil dispõe de uma relativa amparo que se volta para anteder as necessidades dos grupos minoritários homoafetivos e das mulheres, embora o que evidencia-se seria um aparato legislativo velado e por vezes ausente no que tange a formação e desenvolvimento das políticas públicas mais efetivas e rigorosamente aplicadas tanto na sociedade como na educação. Logo, faz-se necessário maior efetividade em virtude dos existentes preconceitos, violência, intimidações e cerceamentos das vidas em razão de questões relacionadas ao gênero.

IDEOLOGIA, CONSPIRAÇÃO E MEDO: RETRATOS DOS GÊNEROS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Segundo Junqueira (2019) os docentes estariam associados a uma suposta conspiração para descumprir o currículo escolar e ainda usurpar dos pais o protagonismo na educação moral dos seus filhos para doutriná-los às convicções e valores da família. Voltando-se para aniquilar as diferenças naturais entre homens e mulheres procurando confundir as crianças ao obrigarem os meninos a vestirem saias e brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem da sua natural propensão a cuidado com os outros. Estariam também doutrinados em um processo de erotização fazendo-as se interessarem pela masturbação, homossexualidade, prostituição, aborto, pornografia, pedofilia e poligamia, etc. Nessa conjuntura:

As tensões e confusões que tocam essa temática cada vez mais repercutem na escola, ao mesmo tempo que um movimento vindo de pressões externas tenta tornar a sua abordagem algo polêmico ou

assunto tabu. Assim, não é difícil encontrar pelos corredores da escola, e até mesmo dentro da sala de aula, meninos e meninas vivendo em situação de isolamento por parte dos colegas ou sendo alvo de ofensas, agressões físicas e constrangimento por demonstrar uma orientação sexual e afetiva diferente da maioria (CASTRO, 2020, p.32).

Pode-se perceber que o âmbito educacional está permeado por diversos interesses e visões de mundo carregadas de estereótipos e padrões relativos aos gêneros. São construções que moldam os comportamentos, as formas de vestimenta e até mesmo as mentalidades dos sujeitos históricos. Por vezes, manipulam e/ou manipulam preconceitos que conotam tratamentos diferenciados para ambos os sexos e sobretudo levam a violência e exclusão social. Também apresentou desde a fase infantil que corroborará com definição direta ou indiretamente na sua conduta adulta.

Mesmo na Educação Infantil, quando é comum e saudável que meninas e meninos tenham interesses por brinquedos e papéis que não necessariamente coincidem com o que se convencionou identificar como sendo 'de menino' ou 'de menina', o fato de um menino vestir roupas femininas ou uma menina se interessar por jogar futebol ainda pode causar mal-estar ou mesmo ser reprimido. No entanto, em suas brincadeiras, as crianças sentem interesse e curiosidade por experimentar diferentes papéis, e muitas vezes quem enxerga esses jogos com preconceito são os adultos. Não são apenas os estudantes a sofrer discriminação por conta de sua orientação sexual e afetiva. Muitas vezes, funcionários e professores são constrangidos por questionamentos indevidos, piadas e apelidos por parte de seus colegas de trabalho e alunos, além de serem submetidos a juízos despropositados por parte das famílias dos alunos, em decorrência de se assumirem como LGBTQ+ (CASTRO, 2020, p.32).

Nesse contexto, lidar com a sua própria sexualidade ou identidade de gênero de forma diferente tornou-se uma marca de um ambiente hostilizados no qual a escola também faz parte. Promovendo marcas e traumas psicológicos, sexuais, identitários no seu desenvolvimento humano. O âmbito escolar não deveria permitir se omitido do reconhecimento da discriminação. Ao contrário, abordar essa temática explora de maneira formativa o conflito deveria está presente nas salas de aulas, pois não se trata de um problema a ser resolvido pela família ou isoladamente, mas uma questão que deve ser tratada com os alunos desde sempre:

[...]desde sempre vivemos em uma sociedade dividida entre o feminino e o masculino. Dentro da sala não foi diferente, nos era pregado como currículo oculto as filas separadas, as aulas de educação física com atividades separadas, e assim por diante. E ainda muitas vezes, prega-

se essas desigualdades dentro da sala de aula com algumas atitudes dos professores. As crianças aprendem desde muito cedo que usar roupas de cor rosa, ser meiga, sensível e carinhosa são coisas de menina e jogar futebol, vestir roupas da cor azul, ser agressivos e bagunceiros, são coisas de menino. Quando ocorre algo inverso, é visto como um ‘problema’, e vira motivo de ‘preocupação’ por parte dos professores, principalmente os meninos, que são vigiados por sua masculinidade (LEAL et al., 2017, p.102).

A sociedade tentar definir o que seria certo ou errado sobre os meninos e meninas poderem fazer e sentir ou não. A identidade de gênero é construída no meio cultural, social e histórico, sofrendo influências da sociedade e do seio familiar. Contudo, também podem ser abordados em suas singularidades como pessoas de direitos e dignidade humana em detrimento de concepções e interpretações que os considerem fora do padrão socialmente legitimado, por exemplo: “[...]levantar questionamento algum sobre a orientação sexual de um garoto que gosta de brincar apenas com as meninas ou que prefere a prática de dança em vez de esportes como o futebol” (Castro, 2020, p.33).

Cabendo aos pais conforme Junqueira (2019, p.136) mover uma cruzada em defesa da família utilizando lemas como: “abaixo a ideologia de gênero!”, “Salvemos a família!”, “Respeitem a inocência das crianças”, “Meu filho, minhas regras!”, “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa!”, entre outros que permearam o contexto midiático nacional. A arena pública foi tomada pelos debates e mobilizações que tentam reduzir ou eliminar as conquistas feministas, a obstrução das medidas de equidade de gênero, a minguar garantias de não discriminação, entravando os reconhecimentos dos direitos sexuais, fortalecendo visões de mundo, valores, instituições e crenças formadas em marcos morais, religiosos autoritários:

Viver e lidar com a própria sexualidade ou com a sua identidade de gênero de forma diferente da maior parte do grupo não pode ser considerado ‘falha na educação recebida da família’, ‘fraqueza de caráter’, ‘doença’ ou ‘bizarrice’, ainda costuma acontecer. Não cabe a nós investigar as ‘causas’, uma vez que não se trata de um problema, mas, sim, de características de algumas pessoas. Também não nos cabe emitir juízos quanto à sexualidade das crianças e jovens partindo de padrões de masculinidade e feminilidade considerados hegemônicos. O modo de se vestir, de andar, de falar, as brincadeiras escolhidas, os gestos não são insígnias de sexualidade ou identidade de gênero efetivamente (CASTRO, 2020, p.32-33).

A escola tornou-se palco dessas mobilizações como local desprestigiado pela liberdade docente cedendo espaço para desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como âmbito da formação crítica e de socialização para a diversidade social, cidadania e democracia. Percebe-se que ainda não pode ser considerado uma realidade e ainda em construção devido a permanência dos diversos estigmas e preconceitos que permeiam a sociedade e conseqüentemente a escola não estaria livre dessas ameaças a dignidade humana e a liberdade individual.

Pauta-se as Cruzadas Antigêneros em desprestigiar e desmobilizar as estruturas democráticas e laicas que moldam a educação em detrimento de um discurso que naturaliza ordem sociais, políticas, moral e sexual tradicionais reiterando suas hierarquias, relações de poder e privilégios colonizados por interesses familiares e religiosos. Desdobrando-se em ataques aos currículos escolares, à autonomia docente, às políticas inclusivas, a escola em nome de um “Direito a uma Escola não Ideológica”, “Sem Gênero”, “Sem Doutrinação” ou “Sem Partido” (Junqueira, 2019, p.139).

Essa conjuntura para Martins (2021) o sexismo ainda impõem-se no seio familiar, nas relações sociais, pois fomenta uma forma singular de heteronormatividade que de forma natural impõe um conservadorismo nas condições plurais da natureza humana, causando sofrimento moral as pessoas que divergem por meio da opressão, coação, segregação e violência os direitos naturais e pessoais de cada sujeitos na sua sexualidade e identidade de gênero. Fazendo-se necessário a problematização a dicotomia homens e mulheres, pois somente os estudos de gênero não basta para reformular esse histórico de desigualdade e submissão.

As escolas não estão excluídas dessa percepção onde deveria ensinar mais do que os conteúdos programáticos, sendo necessário segundo Silvino e Henrique (2017) a preparação dos cidadãos aptos a respeitar a diversidade e a pluralidade contribuindo no combate às transgressões no meio e no corpo social por meio da consciência crítica, acolhedora, democrático, igualitário e menos excludente.

Embasado em mais políticas públicas no acesso à informação e educação. Começando a desnaturalizar formas de opressão e exclusão. Permitindo que seja possível pensar criticamente a condições das mulheres na sociedade e das relações sociais, pois

gênero foi construído social diferente do sexo que seria um fato biológico, portanto, a descrença nos papéis tradicionais não justifica-se porque “sempre foi assim”, mas vai além do conformismo e naturalização.

Embora, em 2014 conforme Silvino e Henrique (2017) quando o Plano Nacional de Educação (PNE) ainda estava tramitando no Congresso Nacional, as bandas evangélicas e conservadoras tem retirando a questão do gênero do texto original, pois o suposto fator ideológico estaria presente e seria um risco ao modelo de família tradicional. Vetado a meta central em superar as desigualdades educacionais na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, cabendo aos Estados e municípios a decisão e incluir ou não nos planos de educação nos seus respectivos limites regionais. Desenvolvendo em todo país discussões que aprovavam ou desaprovavam, proibindo ou não a discussão de gêneros e sexualidade nas salas de aulas. Essa ausência segundo também se fez presente no texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular em fins de 2015.

Outra mobilização contrária a abordagem dos gêneros nas escolas ocorreu em 2015. Segundo Prado e Correa (2018) forças católicas e evangélicas conservadoras e o movimento Escola Sem Partido juntaram suas forças para incidir nos debates sobre o Plano Nacional de Educação objetivando excluir o termo gênero do dispositivo legislativo. Nessa conjuntura o tradicionalismo pesa mais uma vez na composição de uma família padronizada socialmente e reforçada na religião destaca:

Uma das primeiras coisas que os pais querem saber de seus filhos durante a gestação é o sexo. A partir do conhecimento do sexo do bebê se define, as roupas, a cor do seu quarto, a cor do chá de bebê, enfim, tudo que está relacionado a construção social do sexo da criança. Dentro da escola isso não é diferente, os materiais escolares são caracterizados com desenhos e marcadores considerados ‘de meninas’ e ‘de meninos’ (LEAL et al., 2017, p.97).

Pode-se perceber que a ausência desses discursos corrobora ainda mais com a formação e consolidação de uma escola opressora e discriminatória. Visto que o sistema educacional assim como a família e a igreja contribuem para o desenvolvimento do processo de conscientização na formação dos cidadãos, portanto ensinar os conteúdos normativos não basta para desenvolvê-los criticamente no respeito às diferenças e diversidades.

Como parte do processo de socialização das crianças, a escola de educação básica e média contribui, pelo menos de duas maneiras, para o fortalecimento de comportamentos cristalizados nos alunos alunas: 1) não atuando de maneira ativa para dirimir as diferenças de gênero constadas dentro e fora da sala de aula e 2) fortalecendo rótulos ou estereótipos por fomentar diferenças entre os sexos, já institucionalizadas na sociedade, no interior do ambiente escolar. No interior deste cenário descrito, os docentes da educação superior, muitas vezes, já se relacionam com jovens que: 1) muitas vezes (ou seja, nem sempre) escolhem os cursos superiores que irão frequentar e as profissões que desejam seguir com base em estereótipos de gênero (uma tendência à fragilização das fronteiras entre cursos e carreiras masculinas e femininas pode ser observada sem, contudo, indicar alterações profundas nos paradigmas existentes); 2) já encaram o discurso classificatório de maneira natural, o que dificulta que sejam modificados comportamentos; 3) esses comportamento também é cristalizado nas instituições de ensino superior (IES), que não são mônadas, e existem através das pessoas que nelas atuam e (re) produzem práticas sociais [...] (ANDRADE; BARROS, 2009, p.99-100).

As instituições de educação de certa forma tendem a reproduzir os discursos dominantes na sociedade que influenciam na sua construção do mundo social, seus olhares acerca sobre o modo como foi vivido, e conseqüentemente na formação das suas personalidades. Logo, “[...] o professor ou professora tendem a ver como ‘normais’ ou ‘naturais’ as diferenças de comportamento entre os gêneros e pode reforçá-la, mesmo que de maneira não consciente” (Andrade; Barros, 2009, p.92).

A condução do processo educativo, conforme Silva et al. (1999) desde a socialização da criança, o convívio familiar e na escola, está permeado pelos estereótipos de gênero seja autorizados ou não para serem expressos ou determinados. O conhecimento e ação manifestam as características femininas e masculinas como os comportamentos, desejos e sexualidade que são aceitos pela sociedade e imposto consciente ou inconsciente a todos os seus membros. Em 2018:

No começo de 2018, o mesmo diabrete candidato, representando a cruzada antigênero, ao segundo turno das eleições presidenciais. Alguns meses depois, a tropa ‘gênero’ esteve no vórtex central da furação eleitoral brasileira e, no país, o ano de 2019, se iniciou com o anúncio feito no discurso presidencial ao congresso de que um dos objetivos do governo recém-eleito é combater a ‘ideologia de gênero’ (PRADO; CORREA, 2018, p.444).

Nessa conjuntura, mais uma vez o termo gênero tornou-se ainda mais sensível em meio ao domínio religioso ao representar os anseios de um grupo particular que luta pela não introdução da temática nas várias nuances que constitui da sociedade. A ideologia de gênero seria um tropo, um campo de disputa político e uma categoria acusatória.

Nesses casos, a ofensiva antigênero deixou de ser uma mobilização política para atuar como política pública explícita. Empenhados também ataques à liberdade de professor e professoras, currículos e matérias escolares, denúncias contra escolas, proibição de materiais didáticos sobre os temas em sexualidade e gênero, projetos de lei que visam restringir não só a educação em gêneros e sexualidade, limitação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e homossexuais.

Interferindo nas práticas diárias da escola e na sala de aula que reforça e reafirma valores e percepções desiguais entre homens e mulheres. Infelizmente “[...] pelo relacionamento e entre professores, professoras, alunos e alunas, sempre perpassado por um conjunto de desigualdades sociais como aquelas decorrentes de relações raciais, de classe e de gênero [...]” (Carvalho, 2001, p.555).

Nesse contexto, para Patrício (2009) a discussão em torno da desigualdade de gênero na educação pouco avançou para além da garantia ao acesso igualitário para meninos e meninas à escola. Na sala de aula e no cotidiano pouca ainda se tem discutidos desvinculada do campo da saúde e sexualidade.

A associação entre “boas alunas” na pesquisa desenvolvida por Carvalho (2001) estava associada a delicadeza, ao perfil das meninas brancas, participativas ou não, caladas ou curiosas, mas que revelam na seu silêncio uma vida privada de afazeres domésticos próprio de uma classe média no qual pertenciam a maioria dos alunos daquela escola paulista. E ainda associava-se a reprovação e o baixo desempenho, ao desatenção nas aulas em virtude dos namoros, bilhetes e paqueras, dúvidas e perguntas sobre sexualidade, a incorporação de uma feminilidade sedutora e provocativa. Existia uma diferença acentuada entre meninos e meninas, os primeiros eram descompromissados, desinteressados e agressivos, mas por vezes compatíveis com o sucesso acadêmico, já as segundas, eram obedientes e submissas.

Nesse repertório de valores, as ideias e os símbolos socialmente construídos de masculinidade e feminilidade estariam presentes, tanto quanto outras hierarquias ligadas à estruturas socioeconômica, às raças ou etnias etc. se já são ativas e marcantes em sistemas de avaliação escolar mais formalizados, ligados à realização de testes, à atribuição de notas e à organização das escolas em séries, essas hierarquias parecem tornar-se ainda mais poderosas nas chamadas ‘avaliações de processo’, associadas aos sistemas de ciclos e não-repetência, particularmente pela subjetividade e indefinição de critérios que costumam cercar a adoção desse tipo de mudança, em curso em muitas escolas brasileiras. Mais do que em qualquer outro momento, pensar os processos de avaliação dos alunos no sistema escolar brasileiro requer hoje refletir sobre as relações sociais de gênero, masculinidades e feminilidades que informam nossas concepções de bom aluno, aprendizagem, disciplina, infância, ao lado de outras hierarquias mais ou menos consagradas nessa reflexão, como as de classe social e etnia (CARVALHO, 2001, p.572).

A educação brasileira para a pesquisa ainda constitui um âmbito marcada pelas diferenças entre os gêneros e no caso da avaliação a percepção de bom ou mal, aluno e aluna, estaria relacionada a questões como o comportamento, participação, mas também obediência e submissão. Por outro lado, a rebeldia e a violência estaria mais próximas de um padrão masculino de autoafirmação da identidade masculina como detentora de poderes e autoridade ora recorrendo a violência para manter-se nessa posição, ora fazendo uso de seus próprios artifícios contestatórios para impor-se nesse contexto educação. Embora, tais questões sejam vistas de forma marginalizada, mas o que pode perceber que consciente ou inconscientemente são reproduzidas no sistema educacional.

No que tange aos Planos de Desenvolvimento educacionais de 24 Estados, sendo dois não apresentam a legislação, entre 2014 e 2016 segundo Viana e Bortini (2020) nota-se em seus textos tensões e disputas que não desde a explicitação do gênero como ferramenta no enfrentamento das desigualdades dentro das modalidades e níveis educacionais, mas também revele uma referência parcial às mulheres, aos direitos humanos, e ainda convive com certa omissão do termo e questões relacionadas e até mesmo o veto. A menção explícita foi vista nos planos dos Estados do Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Roraima e a exclusão total esteve presente nas regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A visibilidade dessas temáticas nas políticas educacionais colocou em pauta a existência de tabus no âmbito escolar. Por exemplo, segundo Viana e Bortini (2020) no

Ceará foi proibido a existência nas escolas da suposta ideologia de gênero, com a justificativa de denúncia da doutrinação na formação moral das crianças e adolescentes e a omissão de qualquer menção ao gêneros presente nos planos de Goiás, Pernambuco e São Paulo, fazendo-se uso de uma linguagem exclusiva masculina que em um documentos legislativo pode significar discriminação sexista e reforço ao modelo linguístico androcêntrico. O uso parcial esteve presente nos Estados: Amapá, Acre, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Sergipe. Podendo evidência a omissão alusiva às comunidades LGBTQIAP + (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, entre diversas outras orientações sexuais)¹.

Portanto, a introdução dos estudos sobre os gêneros na educação faz-se imprescindível para entender e romper com as relações de poderes desiguais, preconceitos e violências que acontecem na escola, mas também no meio público e privado. No entanto, ainda parece uma realidade utópica em virtude da eminência de limitações ou cerceamentos um sistema educacional mais democrático e menos pautado em convicções dos grupos particulares religiosos ou tradicionais. Esse impedimento mesmo que não seja intencional contribui para acentuar ainda mais as discrepâncias entre masculino e feminino e reforça os estigmas preconceituosos e violentos em relação as minorias sociais como o público homossexual e as mulheres.

Abordar os estudos sobre gêneros no contexto escolar faz-se imprescindíveis romper com os diversos preconceitos que são formados dentro da escola, assim como a violência, desrespeito, assédio, agressividade, constrangimento, dentro e fora da sala de aula. Essa preocupação não deve ser apenas do professoras, mas toda a equipe juntamente com o Estado e a família. De modo que seja possível desenvolver rodas de conversar, diálogos com os alunos e responsáveis acompanhado de especialistas. Para que possam entender:

Ao estimularmos as crianças a brincar com vários tipos de brinquedos, proporcionamos a chance de desenvolver habilidades que vão ser importantes para o futuro, até mesmo para a escolha profissional. Se uma

¹ Os Termos referem-se à multiplicidade das orientações sexuais. Sendo *Queer*, um termo que engloba pessoas que não se encaixam no padrão heteronormativo e pansexual envolvem a atração e desejo sexual por diversas pessoas independentemente da sua identidade sexual (GARCIA, 2021).

menina se diverte melhor com os blocos, podemos acreditar que tem muita chance de um melhor desempenho da área da engenharia, e se um menino se divertir mais com as bonecas, podemos acreditar que futuramente terá facilidade com o relacionamento com as pessoas ou até no entendimento das mulheres. Os meninos não vão tomar o lugar das meninas, e nem vice e versa e sim compartilhar os dois universos. Nossa sociedade teve muitos avanços, então porque não avançamos no entendimento de que não existe gênero quando se tratamos de brinquedos e brincadeiras? (Leal et al., 2017, p.101).

Embora a questão não seja apenas de uma brincadeira e envolve interpretações que podem abarcar inclusive a sexualidade da criança. Cabe os pais e educadores intervir e saber lidar com essas percepções para que não fique determinado as “coisas de meninos e coisas de meninas” (Leal et al., 2017, p.101), que serão necessários para romper diversos tabus como “meninos não deve chorar” (Leal, et al., 2017, p.101). Nesses casos, a falta de informação leva aos pais acreditarem que determinadas mudanças de atitudes que não sejam padrões de cada gêneros levem a uma futura alteração na sua orientação sexual.

Pensa-se em uma educação que respeite o próximo, e não reforçando a exclusão ou reforçando que as pessoas devem encaixarem um estereotipo social. As discursões sobre gênero deve ocorrerem dentro da sala de aula de forma natural e explicativa. De modo que possa inspirar lutas contrária a restrição aos direitos das diversidades, voltado para uma educação plural e ampla e pela preservação da democracia brasileira. Logo, a construção dos gêneros na sociedade devem ser discutidas pelos profissionais da educação em um enfoque realmente emancipador e transformador. Para os Parâmetros Curriculares:

[...] que se questione a ausência, nos trabalhos escolares, da imagem de determinados grupos sociais como cidadãos sem reproduzir estereótipos e discriminações; que a equipe pedagógica discuta permanentemente suas relações e analise suas práticas na busca de superar preconceitos e discriminações, pois as atitudes dos adultos são o veículo mais importante para a aprendizagem da convivência (BRASIL, 1997b, p.65).

Nessa conjuntura, mesmo que implicitamente abordado na legislação supracitada faz-se imprescindível uma educação voltada para as questões da diversidade cultural e dos gêneros para criar e promover o desenvolvimento de um ambiente educacional democrático e plenamente educativo que garanta o respeito, à liberdade e à segurança dos seus alunos e aluna. E ainda “[...] uso de materiais e fontes de informações diversificadas:

fontes vivas, livros, revistas, jornais, fotos, objetos para não se prender a visões estereotipadas e superar a falta ou limitação do livro didático” (Brasil, 1997b, p. 65).

Embora, esbarre conforme Viana e Bortini (2020) em um movimento opositivo a educação sexual, valorização das diferentes orientações sexuais, pluralidade na composição família e o reconhecimento da identidade de gênero. Culminando, por exemplo, na retirada do Plano Nacional de educação (2014-2024) do termo gênero e sancionado uma lei que apenas fazer referência genérica à erradicação de todas as formas de discriminação, ou seja, “[...]serviu para sustentar discursos de que o PNE teria vetado tudo o que pudesse ser associado à ‘ideologia de gênero’ nas políticas públicas” (Viana; Bortini, 2020, p.8).

A visão de que o gênero possa ser uma ameaça às crianças e suas famílias e o uso do conceito nas escolas uma interferência do Estado na soberania de pais e mães quanto à educação moral de seus filhos (as) sustenta tanto a ausência de menção ao tema, quanto o veto do uso do gênero nas escolas e seu controle pela família no sentido de evitar um suposto projeto de doutrinação ideológica que estaria sendo posto em curso por ativistas, educadores (as) e grupos políticos (VIANA; BORTINI, 2020, p.20).

A difusão de prerrogativas que colocam os estudos sobre as relações entre os gêneros e os próprios conceitos a seu respeito são visto como ameaças a educação das crianças e adolescentes de modo que possa contribuir com a formação e propagação de uma suposta ideologia que deturpar o papel da família e do Estado em preservar a integridade dos seus educandos e educandas:

A sexualidade é um tema cercado de tabus, valores culturais e morais, e de difícil abordagem para a maioria das professoras e professores. É preciso orientá-los para uma utilização de conteúdos de gênero que considerem os padrões de conduta estabelecidos culturalmente, os quase, por exemplo, impedem a mulher de exigir de seu parceiro o uso do preservativo (VIANNA; UNBERHAUM, 2006, p.420).

Nesse contexto, percebe-se que os estudos deveriam abordar outros temas transversais para além da sexualidade ou prevenção da gravidez na adolescência ou patologias, embora estejam vinculados a questões de gênero. Visto que são dimensões que constituem a identidade dos alunos e alunas e influenciam na organização das relações sociais. Preocupando-se em explorar diferentes conceitos sobre gênero e apontar

implicações sobre seus conteúdos e os âmbitos escolares. De forma que o trabalho atende à demanda do movimento feminista sobre o combate ao sexismo.

A relação entre gênero e educação envolvem gestores, professores, políticas públicas e comunidade escolar em geral na construção de uma sociedade menos desigual, discriminatória e que rompa com o histórico de marginalização dos grupos sociais minoritários como homossexuais, lésbicas, gays, transexuais, travestis, mulheres, negros e negras, entre outros, que ainda lutam para sobreviverem em meio a uma mundo machista, preconceituosa, homofóbico e racista. Nessa conjuntura:

As figuras públicas que mais nos falam sobre a volta a valores antigos incorporam os males [...]. São as pessoas mais comprometidas com a manutenção de sistemas de dominação – o racismo, o sexismo, a exploração de classe e o imperialismo. Elas movem uma visão perversa de liberdade que a equipara ao materialismo. Nos ensinam a crer que a dominação é ‘natural’, que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes. O que me espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossas vidas cotidianas (HOOKS, 2017, p.42-43).

Essa suposta tentativa de impor ordem ao caos ampara-se no regresso a ideias e concepções passadas onde a segurança estaria sobretudo no direito de impor perspectivas consideradas ideais e padronizadas para o bem de todos. No entanto, como exemplifica Hooks (2017) por mais que estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos as crianças indiquem a família patriarcal está longe de ser um ambiente completamente seguro. Na verdade, a maioria das vítimas têm possibilidades de serem atacadas por pessoas que não são estranhos, mas próximos. Em suma, “está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação” (Hooks, 2017, p.44).

Nesse contexto, para Ratier (2019) as escolas são ambientes onde intensa afetividade e interação que podem despertar nas crianças e adolescentes sentimentos dispares como alegria, tristeza, raiva, orgulho, todos relacionados ao desempenho escolar, evasão e abandono, violência, *bullying* e indisciplina. Como exigir que alunos negros e da periferia façam suas escolhas livre e autônoma em uma comunidade miserável e violenta, ou ainda que uma jovem posar ser resiliente em meio ao assédio no transporte

público ou no ambiente doméstico. Logo, “vivemos num mundo injusto e num país abissalmente desigual. É compreensível e indispensável que alunos e professores sintam raiva, que se indignem” (Ratier, 2019, p.156).

O consumo cultural coletivo da desinformação para Hooks (2017) apoia-se nas inverdades se aliam às camadas e mais camadas de mentiras reduzem a capacidade de enfrentar a realidade e intervir freia-se no mesmo sentido. Nesse contexto, o racismo, o sexismo e o imperialismo distorcem a educação e deixam-na longe do exercício da liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural e desconstrução das antigas epistemologias nas salas de aula, no qual a forma como ensinam e são ensinados pauta-se em um contexto repressor e violento:

Certas pessoas acham que todos os que apoiam a diversidade cultural querem substituir uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro. Talvez seja essa a percepção mais errônea da diversidade cultural. Embora haja entre nós um pessoal excessivamente zeloso que pretende substituir um conjunto de absolutos por outro, mudando simplesmente o conteúdo, essa perspectiva não representa com precisão as visões progressistas de como o compromisso com a diversidade cultural pode transformar construtivamente a academia (HOOKS, 2017, p.49).

O medo, a ignorância e a crença em ideias que são vistos como bons para todos, nem sempre constituem na prática o ideal necessário para fortalecer uma democracia e a diversidade cultural. Vê-se cotidianamente a difusão de ideias e princípio que deturpam a realidade e asseguram a manutenção da violência, desrespeito e marginalização acentuados dos grupos sociais minoritários. De modo que as instituições educacionais sejam a base inicial dessa mudança para um mundo mais igualitário que também possa refletir sobre “[...] nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade” (Hooks, 2017, p.50).

Em momentos de crise e desesperança busca-se expressões de emancipação através do diálogo, interação e construção dos sujeitos coletivos e na reformulação de uma realidade opressora e condenatória. Colocando toda a disposição e coragem em prol da transformação social e emancipação humana em meio ao caos que fere a sua dignidade e a liberdade. A educação mais uma vez não cansa em mostra que será por meio do conhecimento e da criticidade que forma-se a democracia e cada sujeito inserido nesse âmbito. Também enfrentaram a família e a igreja que poderão ser barreiras nos estudos

sobre os gêneros. Por isso, necessita-se de cautela e discernimento na luta em favor da igualdade.

A necessidade da discursão dos gêneros no ambiente escolar segundo Campos (2017) respalda-se pela necessidade em romper com a perpetuação da ideologia de dominação masculino, mesmo que velada. Tendo em vista que o papel da escola e docentes estariam em desmitificar e validar a igualdade entre os gêneros. A definição de um comportamento padronizado acompanha as crianças em toda a vida, pois desde pequenas são direcionadas a um tipo de roupas, brinquedos, brincadeiras, brincar com bonecas, a serem vaidosas e delicada e para os meninos são oferecidos bolas, carrinhos e jogos que estimulem a exploração do mundo, nesse contexto são visto como ideais de acordo com seu gênero. Nos ambientes domésticos:

O tratamento entre meninos e meninas é tão diferenciado e tão naturalizado que muitas vezes nos passam despercebidos, ou soam como piadinhas inocentes. Um exemplo clássico: o pai de um menino se vangloriando que o filho bebê vai ser ‘pegador’ e o pai da menina bebê dizendo que ela só vai namorar depois dos dezoito anos. Comportamentos assim são heranças de uma família nuclear patriarcal, em que aos meninos era cedido toda a sorte de regalias e às meninas cabia serem boas donas de casa, boas mães e, caso quisessem ser ‘boas professorinhas’. Ainda dentro de casa as meninas continuam sendo as ajudantes oficiais das mães enquanto os irmãos têm mais tempo para brincar e estudar. Quando os meninos ajudam são elogiados por estarem fazendo um favor, já as meninas não fazem mais que a obrigação – por serem mulheres. Na fase adulta homens e mulheres trabalham fora o dia todo, mas quando cegam em casa ainda é a mulher o papel de cuidar do lar e dos filhos para que o marido possa descansar; mesmo que o marido ‘ajude’ é como se essa função não fosse igualmente dele. Existem ainda anedotas sexistas sobre mulheres ao volante, no futebol, nas ciências exatas etc. – áreas que são tidas como exclusivas para os homens (CAMPOS, 2017, p.2).

Os papéis definidos para cada gênero ainda são vistos fortemente nos âmbitos públicos e privados, onde as mulheres precisam assumir uma dupla função: mães e trabalhadoras salariada ou independentes. Assim como, as meninas ainda são responsáveis pelo exercício dos trabalhos domésticos. Diante dessas situações ainda precisam enfrentam a diferença salariais entre ambos os gêneros, onde elas recebem muito menos que os homens na mesma função.

Mesmo com os avanços legislativos e as denúncias, as mulheres ainda são vítimas da violência física, verbal e psicológica dentro e fora de casa, no trabalho. E os próprios casos de estupro, muitas pessoas ainda culpam a própria vítimas fazendo uso de frases como: “[...]também, o que estava fazendo sozinha na rua a essa hora?’, ‘como esse tipo de roupa estava pedindo pra ser estuprada!’; ‘se não quer provocar os homens, não vá a este tipo de festa e nem dance dessa maneira’.” (Campos, 2017, p.4). Ainda existem mulheres que são proibidas de usarem certas roupas, trabalhar fora de casa, tratadas como objetos sexuais, empregadas dos seus cônjuges, enfrentam relacionamentos abusivos, têm medo das ameaças de seus maridos e não denunciam e são julgadas como covardes.

Nesse contexto opressor, cabe a escolar representar a voz democrática e assegurar discussões e diálogos acerca dos seus direitos, conscientizando-os e não apenas uma abordagem temática no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher) contrariando as desigualdades e omissões aos abusos em relação as minorias sociais. Para Campos (2017) o ambiente educacional é vivo e dinâmico, um espaço agregador das trocas entre docentes e discentes, oferecendo independência dos padrões comportamentais preestabelecidos sem sofrerem discriminação, que as meninas não precisem preocupar-se com as roupas para evitar assédios e estupros, remunerações iguais para ambos os gêneros e que as mulheres possam escolher sem serem criticada o direito a maternidade ou casamento.

Nessa conjuntura, de acordo com Marinho (2019) em sala de aula cabe também aos professores desenvolver competências relacionadas à leitura, interpretação, contextualização de diversas fontes na mobilização dos conhecimentos acadêmicos e reelaborá-los dentro do âmbito escolar, possibilitando a visibilidade das vozes e grupos minoritários antes silenciados na compreensão das esferas públicas e privadas, relações de poderes, diferentes modelos de família. Relacionando-se com a interdisciplinaridade, suas percepções históricas na formação dos agentes transformadores. Esses debates tornam-se ainda mais necessários devido as tentativas de silenciamento em nome de ideologias dominantes voltando-se para possibilitar reflexões que abordem a diversidade e igualdade.

Na educação o discurso busca controlar currículos, coibir discursões de genro nas escolas. Fazendo uso de lemas como: “[...] ‘A genética define o sexo, não a ideologia de

gênero’; ‘Educação sim, gênero não’; ‘Meninos nasce menino, meninas nasce menina’, Educação sexual é dever de cada’; ‘Não a doutrinação de gênero nas escolas’; “Educação como ideologia de gênero é opressão’ [...]” (Pereira; Ribeiro; Rizza, 2020, p.116).

A incorporação dos discursos antigênero nas escolas promovem a inversão de uma democracia escolar voltada para a liberdade e a segurança de todos os discentes. Essa realidade fatalmente tende a adentrar no âmbito educacional com a justificativa de ser o melhor e de buscar proteger a família, embora apoiado em um discurso de ódio e segregação disfarçado de proteção e religiosidade. Faz-se mais uso do medo, do pânico e da inversão dos valores morais do que do conhecimento, respeito e criticidade dos alunos e alunas. Afim, não anseiam uma transformação, uma mudança real nas relações entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições educacionais ainda precisam lidar com as próprias limitações do Estado que tentam limitar a abordagem dos gêneros nos ambientes educativos para atender a pressões dos grupos tradicionais. Onde evita-se o termo gênero justificando-se por ser demasiadamente provocativo e contestatório das relações definidas historicamente e culturalmente do que seriam mulheres e homens, assim como ameaçam a preservação da constituição familiar como padrão institucionalizado. Excluir a terminologia torna ainda mais difícil a sua abordagem nas escolas e ainda mais sustentável as prerrogativas que sustentam essas mentalidades opressoras e condenatórias dos grupos minoritários a exclusão e marginalização social.

A construção de um mundo mais igualitário e menos segregacionista será pautado sobretudo no reforço e desenvolvimento da educação. Não no sentido reforçador da ignorância, do medo e da discriminação, pelo contrário, promovendo a equidade, a justiça e a produção dos conhecimentos que questionem e ampliem a percepção de realidade subjetiva e objetiva. Nessa conjuntura, englobasse e incorpora os discentes e as discentes na sala de aula para além de incluir todos no acesso à educação, ou seja, assegurando o tratamento igualitário e o preparo para a vida em sociedade igualmente respeitosa e que constituam-se livre do medo e das discriminações.

Portanto, a educação é fundamental na formação de uma sociedade mais democrática e que exerçam plenamente a liberdade dos seus membros assegurando respeito, acesso a inclusão social e a efetivação da sua cidadania. Será o primeiro caminho para a transformação de um mundo corrupto, discriminatório e exclusivo em um espaço de atuação igualitária de todos os seus membros. Assegurando justiça, trabalho e condições dignas de vivência na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carolina Riente de; BARROS, Amon Narciso de. Gênero e Educação: delimitação de espaços e construção de estereótipos. *Contrapontos*, Itajaí, v.9, n.2, pp.90-103, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/998>. Acessado em: 15 out. 2022.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 13 out. 2022.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a. 146 p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acessado em: 15 out. 2022.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b. 164 p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acessado em: 15 out. 2022.
- BRASIL. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acessado em: 16 out. 2022.
- CAMPOS, Gabrieli Paula. Questões de Gênero e a Escola. Ensino de Sociologia em Debate, *Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais –UEL*, n.7, v.1, jan./dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/edicao-nordm.-7-vol.1-jan-dez-2017.php>. Acessado em: 16 out. 2022.
- CASTRO, Maria da Paz. *Diversidade e Discriminação*: educação em direitos humanos. 4.ed. São Paulo: Vlado Educação, 2020. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/wp-content/uploads/2019/10/diversidade-e-discriminacao.pdf>. Acessado em: 13 out. 2022.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Estudos Feministas*, ano 9, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3cM5GGSpN9pjnxFxJ3R6f/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 16 out. 2022.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GARCIA, Sâmia de Christo. LGBYQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa? *Justiça do Trabalho (TRT da 4ª Região (RS))*, jul. 2021. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>. Acessado em: 18 out. 2022.

JUNQUEIRA, Rógerio Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LEAL, Nathalia Costa et al. A questão de gênero: contexto escolar. *Leopoldianum*, ano 43, n.121, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/758/639/1862#:~:text=%E2%80%9Cas%20escolas%20fabricam%20sujeitos%20e,dentro%20e%20fora%20do%20%C3%A2mbito>. Acessado em: 15 out. 2022.

MARTINS, Diogo dos Santos. Gênero e sexualidade na educação brasileira contemporânea. *Revista Ibero –Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v.7, n.7, jul.2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1734>. Acessado em: 15 out. 2022.

MARINHO, João Cândido Carvalho. O ensino de História na perspectiva das relações de gênero estabelecidas na família brasileira. *ANPUH-Brasil, 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565292912_ARQUIVO_2.OENSINODEHISTORIANAPERSECTIVADASRELACOESDEGENEROPDF. Acessado em: 16 out. 2022.

PEREIRA, Lara Torrada; RIBEIRO, Paula Costa; RIZZA, Juliana Lapa. A ofensiva antigênero e seus efeitos: Um projeto-experiência com professoras/es da Educação Básica. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.14, n.28, p.107-126, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1093>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1093>. Acessado em: 17 out. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, vol. 18, n.13, pp.444-448, set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003. Acessado em: 15 out. 2022.

GOMES, F.C.S.; ANDRADE, A.R. Educação, gênero e liberdade: concepções teóricas sobre a igualdade dos gêneros no sistema educacional brasileiro. *Revista Internacional - Brazilian Journal of Educacion*. Natal/RN, v. 1, n. 2, p.22-45; abr./jun. 2023.



PATRÍCIO, Daniele Silva. Educação e gênero: uma discussão para além da inclusão igualitária. *V Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas educacionais no Tempo Presente*, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia –MG, dez. 2009. Disponível em: <http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/>. Acessado em: 15 out. 2022.

RATIER, Rodrigo. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SILVINO, Dariana Maria; HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim. A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária. *VIII Jornada Internacional Políticas Públicas: um século de reforma e revolução (1917-2017)*, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís (MA), ago. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/aimportanciadadiscussaodegeneronasescolasumaabordagemnecessaria.pdf>. Acessado em: 15 out. 2022.

SILVA, Cármen A. Duarte da et al. Meninas bem-comportadas, boas alunas; Meninos inteligentes, indisciplinados. *Cadernos de Pesquisa*, n.107, p.207-225, jul. 1999.

Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/cp/a/QfxvSXHtPz3Pf6GT7DWsk6g/abstract/?lang=pt>.

Acessado em: 15 out. 2022.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu* (24), jan./jun. 2005, pp.127-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9qWCTLfw8Qvr9bTspS9dSsd/abstract/?lang=pt#:~:text=Gender%20issue%3A%20where%20masculine%20and%20feminine%20meet&text=Procura%2C%20ainda%2C%20inserir%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o,integrante%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20misoginia>. Acessado em: 14 out. 2022.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.27, n.95, p.407-428, maio/ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/tvM8tSBBsjzPkkZJyLcK4DS/?format=pdf&lang=pt>.

Acessado em: 16 out. 2022.

VIANNA, Cláudia. BORTINI, Alexandre Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221756>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/abstract/?lang=pt>.

Acessado em: 16 out. 2022.

Submissão: setembro de 2022. Aceite: outubro de 2022. Publicação: abril de 2023.